

# A Medicina Veterinária na saúde pública à luz da bioética

## Veterinary Medicine in public health in the light of the bioethics

### Resumo

O artigo reúne alguns marcos conceituais entre a saúde pública veterinária e a bioética e discute a importância e relação de tais aspectos na atualidade. Também é analisada a inserção do profissional médico-veterinário no âmbito bioético, evidenciando a inter-relação entre a atuação do médico-veterinário e sua participação no campo das duas ciências.

### Abstract

The article performs a discussion of some conceptual frameworks of veterinary public health and bioethics, and discuss the importance and relationship between these two subjects. It was analyzed the insertion of veterinarians in the bioethics field, showing the relation among the veterinarians work and their role in both sciences.

Recebido em 05 de outubro de 2016 e aprovado em 01 de junho de 2017.

Cleber Vinicius Brito dos Santos<sup>1</sup>

Daniel Soares Saraiva<sup>2</sup>

Daniel Friguglietti Brandespim<sup>3</sup>

Rua Dom Manoel Medeiros, s/n, Dois Irmãos,  
Recife/PE, CEP: 52171-900  
✉ cleber.vini@yahoo.com.br



#### Palavras-chave

Bioética. Ética em saúde. Saúde pública veterinária.

#### Keywords

Bioethics. Ethics on health. Veterinary public health.

A saúde, reconhecida e proclamada como direito fundamental da pessoa humana, é necessidade essencial de todos os indivíduos e coletividades (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009). No Brasil, apenas no final da década de 1980, com a Constituição Cidadã (BRASIL, 1988) e leis orgânicas da saúde 8080/90 e 8142/90 (BRASIL, 1990a; BRASIL, 1990b), é que a saúde passou a ser considerada como um direito de todos e um dever do Estado.

Os avanços alcançados pelo desenvolvimento científico e tecnológico na biologia e na saúde, especialmente nas últimas quatro décadas, colocaram a humanidade diante de situações até pouco tempo impensáveis. São constantes as notícias relatando a utilização de novos métodos investigativos e/ou de técnicas, a descoberta de medicamentos mais eficazes para doenças tidas como fora de controle, entre outros feitos. Ao mesmo tempo em que estas conquistas promoveram a melhoria da qualidade de vida, elas também criaram uma série de questionamentos: “quem tem acesso a tais tecnologias?”. Criando contradições e problemas que devem ser analisados com vistas ao equilíbrio e bem-estar da humanidade e da vida no planeta (GARRAFA, 1998).

<sup>1</sup> Discente de Medicina Veterinária da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife/PE, Brasil.

<sup>2</sup> Chefe do Departamento de Controle de Zoonoses da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão, São Luiz/MA, Brasil.

<sup>3</sup> Docente da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife/PE, Brasil.

O termo “saúde pública veterinária” foi utilizado pela primeira vez em 1946, durante um encontro no qual a Organização Mundial da Saúde (OMS) estabeleceu a estrutura conceitual e programática para as atividades de saúde pública que envolvessem a Medicina Veterinária (PFUETZENREITER; ZYLBERSZTAJN; AVILA-PIRES, 2004).

As abordagens, tanto da saúde pública quanto da bioética, são inter e multidisciplinares, com interação de diversas ciências e profissionais; possuem ainda as perspectivas autônoma e humanista, observando o ser humano em sua totalidade. Dessa maneira, torna-se ideal o direcionamento dessas abordagens para uma política de desenvolvimento nos países pobres, contribuindo assim para um progresso que satisfaça as necessidades mais básicas da população (FORTES; ZOBOLI, 2004; KLIGERMAN, 1999). Os profissionais voltados para tais necessidades devem estar inseridos nesse contexto e, entre eles, está incluso o médico-veterinário.

No decorrer da história, o médico-veterinário tem ocupado cada vez mais espaço na saúde pública, visto que possui um espectro de atuação amplo e abrangente. (BRITES NETO, [entre 2000 e 2008]).

O presente trabalho analisou a situação atual e as perspectivas de atuação do médico-veterinário na saúde pública, enfocando o seu papel no contexto bioético.

### Metodologia

Foi realizada uma pesquisa nos indexadores PubMed, SciELO (Scientific Electronic Library Online), Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), Bireme (Biblioteca Regional de Medicina) e no buscador Google Acadêmico. Foram utilizados os descritores “bioética”, “ética em saúde”, “saúde pública”, “medicina veterinária” e “saúde pública veterinária”. A seleção dos manuscritos foi realizada com as seguintes etapas: I) leitura dos títulos dos manuscritos; II) leitura dos resumos dos documentos que apresentaram o texto completo; III) leitura na íntegra dos manuscritos selecionados. Foram utilizados os trabalhos originais, dando-se preferência aos manuscritos mais recentes; contudo os trabalhos básicos, tidos como referências essenciais para a temática, também foram considerados.

### A Medicina Veterinária e a saúde pública veterinária

A primeira medicina do coletivo é a Medicina Veterinária (ALMEIDA FILHO, 1986). Ela surgiu, em primeiro momento, como promotora da saúde dos animais, com o intuito de diminuir prejuízos causados pelas doenças que acometiam os rebanhos. No entanto, com o passar do tempo e o surgimento e consolidação dos

serviços de saúde pública, seus resultados também passaram a ser utilizados para a promoção da saúde humana (KARASSZON, 1988).

As atividades da Medicina Veterinária vêm sendo direcionadas aos aspectos populacionais e preventivos já há algum tempo, e muitas técnicas utilizadas no controle de diversas enfermidades que acometem o ser humano foram contribuições prestadas pela Medicina Veterinária. A partir de 1960, com o surgimento da “revolução epidemiológica”, a epidemiologia foi reconhecida como campo de estudo, e os médicos em geral se conscientizaram da aptidão e necessidade da participação dos médicos-veterinários na saúde pública (PFUETZENREITER; ZYLBERSZTAJN; AVILA-PIRES, 2004). O ingresso destes médicos em serviços preventivos foi permitido pela profundidade de seus conhecimentos em medicina populacional e pelo seu papel fundamental no que diz respeito ao controle das zoonoses, que correspondem a quase 80% das doenças transmissíveis que acometem os seres humanos (ASSOCIATION OF TEACHERS OF VETERINARY PUBLIC HEALTH AND PREVENTIVE MEDICINE, 1975).

A importância da Medicina Veterinária para as saúdes humana e pública propiciou o seu crescente reconhecimento entre grupos de estudiosos de médicos e veterinários europeus que realizavam pesquisas médicas comparadas em parceria nas áreas da anatomia e fisiologia, fato que criou uma forte ligação entre a medicina humana e a Medicina Veterinária e influenciou o desenvolver de uma tradição educacional em certas escolas de veterinária mais ligadas a interesses da medicina humana que das ciências agrárias (SCHWABE, 1984).

Schwabe (1984) descreveu os períodos de ações de medicina veterinária em saúde pública em duas fases. A primeira teve como base a higiene de alimentos, e a partir dela alguns veterinários já começaram a assumir cargos administrativos em programas de saúde pública. Já a segunda teve início no pós-Segunda Guerra e foi caracterizada pelo uso da epidemiologia no desenvolvimento de programas de controle de zoonoses.

A partir de 1944, a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) começou a contratar médicos-veterinários como consultores. Em 1946, o termo “saúde pública veterinária” foi citado pela primeira vez, com a seguinte definição: “A saúde pública veterinária compreende todos os esforços da comunidade que influenciam e são influenciados pela arte e ciência médica-veterinária, aplicados à prevenção de doenças, proteção da vida e promoção do bem-estar do ser humano” (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1951). As atividades compreendidas pela saúde pública veterinária estavam

relacionadas com: controle e erradicação das zoonoses; promoção e vigilância das práticas de higiene dos alimentos; trabalhos de laboratório e de investigação de assuntos relativos ao diagnóstico; preparo de produtos biológicos; zootecnia; microbiologia; epidemiologia; todos os aspectos da patologia e da medicina comparada; controle da poluição ambiental de origem animal; formação e capacitação de pessoal técnico; e auxílio em questões de saúde pública relacionadas com a veterinária (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1957).

No início do século XXI, um grupo de especialistas da OMS discutiu os rumos e tendências da saúde pública veterinária. Além disso, foi elaborado um documento, sobre a estratégia “saúde para todos no século XXI”, programa da OMS que tem por objetivo básico tornar a saúde central para o desenvolvimento humano e trabalhar no desenvolvimento sustentável dos sistemas de saúde para atender as necessidades das pessoas (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2002).

### Bioética

As primeiras abordagens da bioética foram realizadas na década de 1970, na Europa e nos Estados Unidos, tratando de questões sobre a vida e a morte. O oncologista Van Rensselder Potter apresentou seus primeiros conceitos e descreveu a bioética como uma disciplina que recorreria às ciências biológicas para promover a melhoria da qualidade de vida do ser humano (DINIZ, 2002). Anos mais tarde, Beauchamp e Childress (1994) publicaram o famoso *Principles of Biomedical Ethics*, fundamentado nos quatro princípios da bioética: autonomia, beneficência, não-maleficência e justiça. A partir dessa publicação, os estudos baseados nesses quatro princípios passaram a denominar-se principialismo (GARRAFA, 2003). De maneira geral, o principialismo tem grandes méritos e obteve sucesso considerável; no entanto, é incompleto e limitado em diversas situações, especialmente quando trata de países emergentes, como é o caso dos países da América Latina (REICH, 1995; DALLARI, 1998). Nos últimos anos, o desenvolvimento tecnológico, o processo científico, as pressões criadas pelos movimentos das minorias, a evolução do direito, da consciência de cidadania, a era do consumismo e outros fatores levaram a sociedade a enfrentar novas formas de conflitos sociais, filosóficos e morais, tais como a doação de órgãos, os transplantes, a inseminação artificial, a clonagem humana e, principalmente, a distribuição dos recursos de saúde, além de outros assuntos relacionados à saúde pública (KLIGERMAN, 1999).

Destaque-se, contudo, que os países da América Latina possuem uma realidade distinta dos países da

Europa e Estados Unidos. As grandes questões nesses países não giram em torno de como é usada a ciência e a tecnologia médica, mas de quem terá acesso a ela. O desafio nessa região é desenvolver uma “bioética latino-americana”, que se diferencie das outras visões, exaltando as necessidades e particularidades da região (BERLINGUER, 1993).

Estabelecer apenas uma bioética como “microética”, ou seja, estudos de casos clínicos, sem levar em conta a realidade destes países, não responde aos anseios e necessidades por uma vida mais digna. Faz-se necessária a criação de uma “macroética”, com a qual toda a sociedade esteja envolvida e que tenha como ênfase a saúde pública, ao invés da ética clínica mais enfatizada. A situação socioeconômica de países pobres requer prioridade à equidade na alocação de recursos e na distribuição de serviços de saúde (PESSINI; BARCHIFONTAINE, 1998).

Nesse sentido, com o emprego de uma bioética mais inclusiva que excludente, e tendo a saúde pública *a priori*, outros profissionais que não os anteriormente hegemônicos nessa ciência (médicos, filósofos e teólogos) começaram a se integrar às discussões e conceitos, e, entre eles, o médico-veterinário, atuante na saúde pública, passou a ser notado como um profissional imprescindível pelo seu grande potencial e pela sua vasta atuação, principalmente nos países em desenvolvimento.

### A bioética latino-americana

Por muito tempo, na teoria principialista da bioética, o princípio da autonomia foi dimensionado tornando o da justiça apenas como seu anexo, sendo este considerado de menor importância em muitas situações. Dessa forma, a teoria não era capaz de intervir em questões importantes nos países em desenvolvimento. O princípio da justiça tinha um valor abstrato e secundário nas grandes problemáticas enfrentadas (TRISTAM JR.; ENGELHARDT, 1991). Tal realidade começou a mudar a partir do VI Congresso Mundial de Bioética, realizado no Brasil em 2002. No evento, foi efetivamente estabelecida a importância da participação da bioética na promoção da saúde das populações e seu foco foi direcionado para a problemática das desigualdades sociais existentes nos países menos desenvolvidos, especialmente os latino-americanos. (GARRAFA; KOTTOW; SAADA, 2006) Como consequência, um dos grandes objetivos da bioética nos países latino-americanos é o estabelecimento de sua relação com a saúde pública, visando à criação de políticas públicas, principalmente as relacionadas com a equidade. Essa “nova bioética” é uma bioética social, pois enfatiza as políticas de saúde,

a reforma dos sistemas de saúde, a distribuição de recursos, a qualidade de vida da população e a integração do ser humano com o meio ambiente. (PESSINI; BARCHIFONTAINE, 1996).

### A integração da bioética com a saúde pública veterinária

A bioética é a ética da vida, e está relacionada a todas as ciências e derivações técnicas que pesquisam, manipulam e curam os seres vivos. Nesse sentido, a ética da saúde ocupa um lugar de destaque nesse conjunto, já que trata de questões ligadas à manutenção da vida de seres humanos e não-humanos (SILVA, 1998). A bioética tem a interdisciplinaridade, a interculturalidade e o diálogo (considerado como a metodologia do trabalho bioético) como suas características mais marcantes, valorizando a importância da colaboração das mais diferentes áreas do saber direcionadas para um bem comum (POTTER, 1998).

Com a difusão da bioética nos países da América Latina, devido às desigualdades sociais existentes, tornou-se fundamental a inclusão dos problemas da coletividade nas pautas de discussão. Assim, a bioética chegou a uma “fase pública”, abrangendo temas como políticas sanitárias, alocação de recursos de saúde, meio ambiente, saúde animal, entre outros pertinentes à saúde pública (FORTES; ZOBOLI, 2004).

Como característica geral da saúde pública está o foco dirigido à saúde da coletividade, à interdisciplinaridade e à multiprofissionalidade. Suas práticas estão apoiadas em diversos atores, na busca de soluções para os problemas que atingem o bem-estar da coletividade (FORTES; ZOBOLI, 2004). Diante do exposto, fica patente que o médico-veterinário é um dos profissionais que pode contribuir de maneira significativa para o planejamento, execução e avaliação de ações dirigidas para a saúde pública.

Durante algum tempo, a única relação entre a bioética e a Medicina Veterinária era a preocupação com o bem-estar animal, no que diz respeito à ética envolvendo a experimentação animal (CICCONE, 2006). Ultimamente, porém, percebe-se que a atuação desse profissional está em franca expansão, pois a saúde pública veterinária apresenta claramente a interdisciplinaridade, pois seus princípios estão intimamente ligados às ciências biológicas e sociais e amplamente difundidos na agricultura, na medicina e no meio ambiente. Dessa forma, é uma área imprescindível para a construção de uma bioética mais voltada às necessidades básicas do ser humano, especialmente das populações de países em desenvolvimento.

### Conclusão

Diante do exposto, fica patente que a saúde pública veterinária está intrinsecamente relacionada à bioética global ou social, estando inserida em todas as suas formas de ação, haja vista a inserção do médico-veterinário como profissional indispensável em áreas de importância singular para a saúde global, incluindo a produção de alimentos, o manejo ambiental, a preservação de espécies, o aprimoramento genético, a educação em saúde e o controle das doenças naturalmente transmissíveis entre os animais e os seres humanos. 🌱

### Referências

- ALMEIDA FILHO, N. Bases históricas da epidemiologia. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 304-311, 1986.
- ASSOCIATION OF TEACHERS OF VETERINARY PUBLIC HEALTH AND PREVENTIVE MEDICINE. **A competency-based curriculum for veterinary public health and preventive medicine**. Washington, DC: Paho, 1975. 115 p. (Scientific Publication, 313).
- BEAUCHAMP, T. L.; CHILDRESS, J. F. Respect for autonomy, nonmaleficence, beneficence & justice. In: \_\_\_\_\_. **Principles of biomedical ethics**. 4. ed. New York: Oxford University Press, 1994, p. 57-272.
- BERLINGUER, G. **Questões de vida: ética, ciência, saúde**. Salvador: APCE, 1993. 218 p. (Saúde em Debate, 57).
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 20 set. 1990a. Seção 1, p. 18055.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 31 dez. 1990b. Seção 1, p. 25694.
- BRITES NETO, J. O papel do veterinário na saúde pública. **Saúde Animal**, [S.l.], [entre 2000 e 2008]. Disponível em: <<https://goo.gl/UxQaex>>. Acesso em: 4 abr. 2008.
- CICCONE, L. **Bioética: historia, principios, cuestiones**. Madrid: Palabra, 2006. 478 p.
- DALLARI, S. G. A bioética e a saúde pública. In: COSTA, S. I. F.; OSELKA, G.; GARRAFA, V. (Org.). **Iniciação à bioética**. Brasília, DF: Conselho Federal de Medicina, 1998. p. 205-215.



- DINIZ, M. H. **O estado atual do biodireito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 840 p.
- FORTES, P. A. C.; ZOBOLI, E. L. C. P. Bioética e saúde pública: entre o individual e o coletivo. In: \_\_\_\_\_. **Bioética e saúde pública**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004. p. 11-22.
- GARRAFA, V. Apresentando a bioética. In: FÓRUM NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, 1.; 2003, SEMANA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 10., 2003, Santa Rosa, **Anais...** Ijuí: Unijuí, 2003. p. 11-14.
- \_\_\_\_\_. Bioética e ciência: até onde avançar sem agredir. In: COSTA, S. I. F.; OSELKA, G.; GARRAFA, V. (Orgs.). **Iniciação à bioética**. Brasília, DF: Conselho Federal de Medicina, 1998. p. 99-109.
- GARRAFA, V.; KOTTOW, M.; SAADA, A. **Bases conceituais da bioética: enfoque latino-americano**. São Paulo: Gaia, 2006. 284 p.
- KARASSZON, D. **A concise history of veterinary medicine**. Budapest: Akadémiai Kiadó, 1988. 458 p.
- KLIGERMAN, J. Bioética e política de saúde pública. **Revista Brasileira de Cancerologia**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 1-4, jan./mar. 1999.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Unic, 2009. 17 p. Disponível em: <<https://goo.gl/JQ3EWU>>. Acesso em: 6 abr. 2016.
- PESSINI, L.; BARCHIFONTAINE, C. P. Bioética: do principialismo à busca de uma perspectiva latino-americana. In: COSTA, S. I. F.; OSELKA, G.; GARRAFA, V. (Org.). **Iniciação à bioética**. Brasília, DF: Conselho Federal de Medicina, 1998. p. 81-96.
- \_\_\_\_\_. **Fundamentos da bioética**. São Paulo: Paulus, 1996. 241 p.
- PFUETZENREITER, M. R.; ZYLBERSZTAJN, A.; AVILA-PIRES, F. D. Evolução histórica da medicina veterinária preventiva e saúde pública. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 34, n. 5, p. 1661-1668, set./out. 2004.
- POTTER, V. R. Bioética global. **O Mundo da Saúde**, v. 22, n. 6, p. 370-374, 1998. (Palestra apresentada em Congresso Mundial de Bioética, 4., Tóquio, 1998).
- SCHWABE, C. W. **Veterinary medicine and human health**. 3. ed. Baltimore: Williams & Wilkins, 1984. 680 p.
- SILVA, F. L. Da ética filosófica à ética em saúde. In: COSTA, S. I. F.; OSELKA, G.; GARRAFA, V. (Orgs.). **Iniciação à bioética**. Brasília, DF: Conselho Federal de Medicina, 1998. p. 19-36.
- TRISTAM Jr., H.; ENGELHARDT, H. T. **Manuale di bioética**. Milano: Il Saggiatore, 1991. 458 p.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Consultative group on veterinary public health**. [Genebra]: WHO, 1957. (WHO technical report series, n. 111).
- \_\_\_\_\_. **Future trends in veterinary public health: report of a WHO study group**. [Genebra]: WHO, 2002. (WHO technical report series, n. 907).
- \_\_\_\_\_. **Joint WHO/FAO expert group on zoonoses: report on the first session**. [Genebra]: WHO, 1951. (WHO technical report series, n. 40).